

O descuido do governo e o tranco do STF

Não é o fim do mundo, para o governo, o tranco recebido do Supremo Tribunal Federal. Mas os ministros da área econômica estão tentando juntar os cacos da desindexação para salvar as aparências e tocar em frente o plano de estabilização da economia.

Em princípio, a tendência é reeditar a medida provisória da nova etapa do Real, com a exclusão dos pontos suspensos por despacho do presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence. Esses pontos são a criação de um mediador de conflitos trabalhistas antes do dissídio coletivo e a proibição de se conceder, a título de produtividade, aumento não amparado em indicadores objetivos, aferidos por empresa.

Mas até ontem não estava afastada a hipótese de se repetir todo o conteúdo da medida provisória, embora com redação diferente nos

trechos que o STF considera de constitucionalidade duvidosa, acatando provisoriamente ação movida pelo PDT.

Na verdade, os ministros da área econômica, incluído neste caso, e com maior responsabilidade, o do Trabalho, estão pagando agora pela ousadia. Quiseram avançar sem se cercar de todas as cautelas. Imaginavam que precisariam se precaver apenas em duas frentes — no Congresso Nacional e na Justiça do Trabalho.

Fizeram todas as consultas prévias e informais a essas duas instituições. Esqueceram-se de procurar os ministros do Supremo Tribunal Federal, mesmo sabendo que estavam mexendo em matéria constitucional. Pior ainda: sequer consultaram antes o ministro da Justiça, Nelson Jobim, que é o principal constitucionalista do governo. Jobim só conheceu o texto da medida provisória quando já estava pronto e assinado.

Cada detalhe da medida provisória tinha uma razão de ser. A figura do mediador, por exemplo, entrou no texto para proteger os sindicatos mais fracos e limitar o papel normativo da Justiça do Trabalho. Ao derrubar esse dispositivo, Sepúlveda Pertence, um homem de trajetória esquerdista, fez um surpreendente comentário de caráter político, jamais esperado

de um ministro do Supremo. Disse ele que não ignora “a expansão e a radicalização das críticas ao poder normativo da Justiça do Trabalho, que não partem apenas dos corifeus da toada neoliberal da flexibilização”.

O trecho da medida provisória que se refere aos aumentos por produtividade teve uma nítida e intencional inspiração nas empresas estatais, principalmente nas que estão sediadas em São Paulo. Lá, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho — sobre quem o mais leve comentário que se ouve no Palácio do Planalto o qualifica de *enlouquecido* — andou distribuindo 7% de aumento de produtividade para todas as empresas, sem qualquer critério técnico sério, segundo o governo.

Foi também por causa das estatais que a medida provisória impôs a aferição dos tais indicadores objetivos de produtividade por empresa, e não por setor da economia. Na área pública de um estado, só se tem uma empresa de água e esgoto, outra de energia elétrica, uma outra de gás, e assim por diante. Nas empresas privadas, é claro que se torna complicado aplicar a exigência. Mas o governo pouco ligou para isso.

O estrago está feito, mas o que tranqüiliza por enquanto o governo é que o coração da desinde-

xação não foi atingido. O coração, para o governo, é a proibição de aumentos automáticos de salários com base em índices de inflação passada. É por isso que não existe a menor hipótese de os ministros da área econômica aceitarem a proposta do relator da medida provisória, senador Coutinho Jorge, de aplicar gatilhos trimestrais de aumentos nos que ganham até três salários mínimos. A opinião dos ministros é a de que os salários mais baixos já estão protegidos na medida em que se dá tratamento diferenciado ao salário mínimo.

Esta é a posição do governo, o que não quer dizer que seja a mesma do Congresso. Por enquanto, o relator Coutinho Jorge apenas homenageia a si próprio, aproveitando os refletores que no recesso parlamentar não têm o que iluminar.

Se o Congresso aprovar o gatilho para três salários mínimos, a desindexação acaba, ao menos nesta tentativa. Ou, para usar linguagem mais prudente de um ministro da área econômica, ela é esterilizada, perde a potência.

Mas isso não significa o fim do Plano Real. Como disse o mesmo ministro, a inflação não vai acelerar se não houver a desindexação. Apenas aumentam as resistências para que ela baixe.